



MUNICÍPIO DE VILA MARIA

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE VILA MARIA

Ata nº 002/2026

1 Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sala de
2 reuniões do Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Irmãos Busato, nº 450, Centro, Vila
3 Maria/RS, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Aposentadoria e
4 Pensão do Servidor de Vila Maria – FAPS, devidamente convocados na forma do artigo 16 do
5 Regimento Interno, para a realização de reunião ordinária, a fim de deliberar sobre a ordem do
6 dia previamente estabelecida. Estiveram presentes: Renata Ferrari – Presidente do Comitê de
7 Investimentos; Ana Francyele Parente Borges; Dinorá Salete Dalmagro, havendo quórum
8 suficiente para deliberação. Aberta a sessão pela Presidente foram apresentadas as
9 comunicações recebidas e expedidas, avisos, proposições, indicações e documentos de interesse
10 do Comitê. Dando continuidade, iniciou-se a **Ordem do Dia**, sendo analisados e deliberados
11 os seguintes assuntos: a) Aprovação do Adendo à Política de Investimentos 2026. O Comitê
12 apreciou o Adendo à Política de Investimentos para o exercício de 2026, elaborado em razão
13 da publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, que estabelece novos critérios e limites para
14 aplicação dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Ficou consignado
15 que os investimentos, a partir de 1º de fevereiro de 2026, passarão a obedecer integralmente à
16 nova Resolução CMN nº 5.272/2025, cujos limites entram em vigor em 02/02/2026. Restou
17 esclarecido que não será exigido desinvestimento imediato das aplicações atualmente
18 existentes, uma vez que a normativa prevê o prazo de até dois anos para o desinvestimento,
19 quando aplicável. Contudo, ficou expressamente registrado que em nenhuma hipótese poderão
20 ser realizadas novas aplicações em desacordo com a Resolução CMN nº 5.272/2025. Após os
21 esclarecimentos, o Adendo à Política de Investimentos 2026 foi aprovado por unanimidade,
22 autorizando-se sua anexação à Política de Investimentos vigente e os devidos encaminhamentos
23 legais. b) Análise da Conjuntura Econômica e Financeira e dos Rendimentos de novembro e
24 dezembro de 2025. Foram apresentados os dados referentes à conjuntura econômica e
25 financeira, bem como o desempenho da carteira de investimentos nos meses de novembro e
26 dezembro de 2025. O Comitê tomou ciência das informações apresentadas, reconhecendo a
27 aderência das aplicações à Política de Investimentos e às normas vigentes. c) Análise do
28 Relatório do Segundo Semestre de 2025 – Portaria MTP nº 1.467/2022. Procedeu-se à análise
29 do Relatório de Aderência da Gestão dos Recursos – Segundo Semestre de 2025, elaborado em

**MUNICÍPIO DE VILA MARIA**

30 atendimento à Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações posteriores. Após exame, o relatório foi
31 aprovado por unanimidade, reconhecendo-se a conformidade da gestão dos recursos
32 previdenciários no período analisado. d) Análise do Relatório Circunstanciado do TCE –
33 Exercício 2025. Comitê analisou o Relatório Circunstanciado do exercício de 2025, elaborado
34 em atendimento à Resolução TCE/RS nº 1.134/2020, que trata da análise das contas, da
35 conformidade das aplicações financeiras e da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.
36 Após apreciação, o relatório foi aprovado, autorizando-se seu encaminhamento aos órgãos
37 competentes. e) Definição sobre a utilização das sobras do custeio administrativo e dos
38 rendimentos de 2025. Em atendimento ao art. 26 da Lei Municipal nº 3.939/2022, o Conselho
39 deliberou sobre a utilização das sobras do custeio administrativo e dos rendimentos auferidos
40 no exercício de 2025, aprovando a destinação conforme os limites legais e normativos vigentes.
41 f) Definição do fundo para resgate destinado ao pagamento dos proventos de janeiro de 2026.
42 Considerando a atual distribuição da carteira de investimentos do RPPS, o cenário econômico-
43 político vigente e suas perspectivas, o Comitê analisou a sugestão técnica para realização de
44 resgate de recursos com a finalidade de pagamento dos proventos dos aposentados e
45 pensionistas. Após análise, ficou definido e aprovado o resgate, junto ao seguinte fundo de
46 investimento: BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA,
47 CNPJ: 21.007.180/0001-03, enquadramento: Art. 7º, inciso I, alínea “b”, da Resolução CMN
48 nº 4.963/2021 e disponibilidade dos recursos: D+1. g) Definição dos membros com direito à
49 gratificação. Por fim, o Comitê deliberou sobre a definição dos membros com direito à
50 gratificação: Ana Francyele e Dinorá, nos termos da legislação municipal vigente. Ficou ainda
51 deliberado que as decisões tomadas na reunião serão formalmente encaminhadas ao Conselho
52 de Administração, para adoção das devidas providências administrativas e operacionais
53 necessárias. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião da qual lavrou-se esta ata que
54 lida e achada de acordo será assinada pelos conselheiros presentes.